



O TRADEOFF EFICIÊNCIA X EQUIDADE NO ESTADO DE MATO GROSSO, NO PERÍODO DE 1994 – 2014.

Ana Flávia de Oliveira Soares¹
Armando Wilson Tafner Junior²
Guilherme Jacob Miqueleto³
Fernanda Rocha Gomes da Silva⁴

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ana Flávia de Oliveira Soares, Armando Wilson Tafner Junior, Guilherme Jacob Miqueleto y Fernanda Rocha Gomes da Silva (2017): "O tradeoff Eficiência x Equidade no Estado de Mato Grosso, no período de 1994 – 2014.", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil, (Brasil 2017). En línea:

<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/eficiencia-mato-grosso.html>

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo expor o comportamento do tradeoff Eficiência x Equidade no Estado de Mato Grosso nos últimos 20 anos. Para teoria neoclássica, o tradeoff ocorre quando uma ação que visa a resolução de um determinado problema acarreta inevitavelmente outro. Dessa maneira, para mensurar o tradeoff no Estado de Mato Grosso, foi utilizado o PIB (que mede a produtividade da sociedade) e o índice de Gini (que mensura o grau de desigualdade da sociedade). Os resultados apontaram que, durante o período observado, o investimento do poder público para realização da Copa do Mundo no Brasil alavancou o PIB, e ainda, contrariando o tradeoff Eficiência x Equidade, demonstrou uma diminuição na desigualdade social dentro do Estado de Mato Grosso.

Palavras-chaves: PIB; Desigualdade Social; Copa do Mundo; Gastos do Governo; Multiplicador Keynesiano.

¹ Graduada em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). anaf_soares@hotmail.com

² Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UEM). Mestre e Doutor em desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) na Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso. armandowilson@hotmail.com

³ Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso. gimiquel@gmail.com

⁴ Graduada em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E Doutora em Economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB/DF). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). fernandargsilvaa@gmail.com

ABSTRACT

This present job aims to expose the tradeoff Efficiency x Equity behavior in the State of Mato Grosso in the last 20 years. For neoclassical theory, the tradeoff occurs when an action aimed at solving a particular problem inevitably leads to another. Thus, to measure the tradeoff in the State of Mato Grosso, we used the GDP (which measures the productivity of the society) and the Gini index (the degree of inequality in society). The results showed that, during the observed period, the investment of the Government for realization of the Brazil World Cup boosted GDP, thus the realization of the World Cup goes against the tradeoff Efficiency x Equity, as the analysis of results demonstrated a rise in GDP and a reduction of inequality in the State of Mato Grosso.

Keywords: GDP; Social Inequality; World Cup; Government Investment; Keynesian Multiplier

Classificação JEL: E01; E12; O11

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista voltado para produção - de onde obtém-se o lucro - necessariamente depende da exclusão social, para perpetuar o modo de produção voltado à multiplicação do capital. Segundo o pressuposto macroeconômico-neoclássico, a necessidade de produção do excedente, surge do desejo do homem por bens, e este desejo de aquisição influencia sua capacidade de consumir, que tende a não ser saciada. É nesta premissa que as pessoas enfrentam tradeoff, que representa uma situação de escolha conflitante, ou seja, quando se abre mão de um bem ou serviço se obtiver outro. Este pressuposto ocorre dentro de uma economia de livre-mercado, onde, diante de uma determinada da estrutura de mercado, os consumidores avaliarão os melhores bens e serviços dentre os disponíveis, permitindo que as empresas concorram entre si para melhor agir sobre a demanda exigida.

A teoria neoclássica trata o tradeoff Eficiência x Equidade como questão de produtividade e desigualdade, onde eficiência (produtividade) é ligada ao tamanho do bolo econômico, e a equidade (desigualdade) à maneira como é dividida a fatia.

Isto posto, o Estado têm por objetivo zelar pelo bem-estar da população, sendo um dos objetivos acabar com a exclusão e diminuir a desigualdade,

conforme o Artigo 3, Inciso III, da Constituição Federal de 1998, “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais [...]”. Segundo o princípio tradeoff Eficiência x Equidade, a exclusão social aumenta conforme a produtividade, sendo assim, o Estado vê-se obrigado a intervir.

O Estado de Mato Grosso recebeu investimentos direto do Governo Federal nos últimos 10 anos, período referente a pré-copa do mundo, o que influenciou diretamente no PIB do Estado de Mato Grosso, pois realizou-se melhorias estruturais nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, que gerou demanda por obras e serviços, acarretando no aumento de renda per capita domiciliar.

Esse trabalho tem por objetivo apresentar o comportamento do tradeoff eficiência x equidade no Estado de Mato Grosso nos últimos 20 anos, utilizando o PIB para medir a eficiência e o Índice de Gini para mensurar a equidade. Para tanto esse trabalho foi dividido em quatro seções, sendo a primeira seção voltada a explicitação do termo tradeoff Eficiência x Equidade aplicando-o à sociedade; a segunda seção é dedicada a metodologia utilizada para mensurar o tradeoff Eficiência x Equidade; serão expostos os dados do tradeoff Eficiência x Equidade no Estado de Mato Grosso na terceira seção; e ainda, na quarta seção, será feita a análise dos dados apresentados; e por último tece as considerações finais que se fazem necessárias para a melhor compreensão do leitor.

1. TRADEOFF EFICIÊNCIA X EQUIDADE

O sistema capitalista se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção – recursos naturais, bens de capital e trabalho. A reprodução do capital ocorre concomitantemente com o mercado, instituição na qual todos os elementos da natureza transformados em mercadoria por meio de transformações físicas e químicas que se dá pela força de trabalho, são comercializadas, quase sempre sem intervenção do poder público, sendo regido pela lei da oferta e da demanda (SAY,1983). No sistema capitalista o objetivo da troca não é apenas a atender às necessidades de subsistência mas

sim um excesso, ou excedente social. O excedente social é definido, “como aquela parte da produção material da sociedade que sobra, após serem deduzidos os custos materiais necessários para a produção (HUNT, 2013, p. 29).” Portanto, o excedente surge do desejo do homem por bens, superando geralmente a quantidade necessária e exigida pela sociedade.

Aquisição desses bens, dentro do sistema capitalista, torna-se o objetivo do homem que busca satisfazer suas necessidades e desejos mas, por maior que seja sua capacidade de consumir, ele nunca se sentirá satisfeito.

“Os mores sociais do capitalismo têm levado as pessoas a acreditar que praticamente toda necessidade ou infelicidade subjetiva pode ser eliminada comprando-se mais mercadorias. O mundo competitivo e economicamente inseguro no qual se movem os trabalhadores cria sentimentos subjetivos de ansiedade, solidão e alienação. A maioria dos trabalhadores vê como causa desses sentimentos sua própria incapacidade de comprar mercadorias suficientes para fazê-los felizes. Contudo, à medida que recebem salários maiores e compram mais mercadorias, verificam que o sentimento geral de insatisfação e ansiedade continua. Assim, os trabalhadores tendem a concluir que o problema é que o aumento dos salários é insuficiente. Como não identificam a verdadeira origem de seus problemas, caem em um círculo vicioso asfixiante, no qual quanto mais se tem, mais necessidade se sente; quanto mais rápido se corre, mais devagar se parece andar; quanto mais arduamente se trabalha, maior parece ser a necessidade de trabalhar cada vez mais arduamente (HUNT, 2013, p.33).”

O consumo de indivíduo e famílias varia de acordo com sua renda, ou seja, se deseja consumir um determinado item, em função da limitação da renda, terá que consumir menos de outros produtos. É nesta premissa que os indivíduos enfrentam tradeoffs (OTTO, 2012), que se define como uma situação de escolha conflitante, ou seja, quando se abre mão de um bem ou serviço se obtiver outro. Mankiw (2012) exemplifica “[...] tradeoff ocorre quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente outro (p.4).”

A capacidade de produzir mercadorias, surge na junção dos meios de produção com a força de trabalho. E ao ponto que estas forças produtivas se desenvolvem o excedente cresce, dando origem a relação capital x trabalho, e a sociedade passa a ser dividida em dois grupos: o grupo que é controlado (trabalhador assalariado) - trabalha exaustivamente para produzir, sustentar e perpetuar o modo de produção - e o grupo controlador (Capitalista) – minoria que apropria do excedente e o controla -, portanto, o modo de produção é

“[...] o conjunto social da tecnologia de produção (as forças produtivas) e os arranjos sociais através dos quais uma classe une suas forças produtivas para produzir todos os bens, inclusive o excedente, e a outra que dele se apropria (as relações sociais de produção). (HUNT, 2013, p. 30)”

A desigualdade de distribuição é resultado do modo de produção pelo lucro, sendo assim, as condições para que o capitalismo exista são caracterizadas por quatro conjuntos: produção de mercadorias, orientada pelo mercado, definindo tanto a quantidade a ser produzida e o valor; propriedade privada, onde uma pessoa ou um conjunto detém o poder dos meios de produção; parcela da população que para sobreviver precisa vender sua força de trabalho a salários abaixo da subsistência, a fim de evitar juntar-se ao exército de reserva⁵; e o comportamento individualista, aquisitivo e maximizado dos indivíduos do sistema (HUNT, 2013).

“O poder de cada capitalista depende do volume de capital – e, com isso, tamanho e poder econômico [...]. Assim, sua existência como capitalista depende de sua habilidade em acumular capital pelo menos no mesmo ritmo que os concorrentes. Daí o capitalismo ter sido sempre caracterizado pelo esforços frenéticos dos capitalistas em obter mais lucro e converter seus lucros em mais capital (HUNT, 2013. p. 33).”

O sistema de exploração do capitalista, gera extrema desigualdade entre classes, mas “esta exploração é inerente ao regime capitalista; resulta das suas contradições internas e está conforme a sua natureza. Suprimi-la depende, pois, da vontade do empreendedor (HUGON,1986, p.216)”, como no caso do tradeoff entre Eficiência x Equidade.

O capitalismo atribui a ideia de que as necessidades da sociedade podem ser mitigadas ao ponto que consomem mais; à medida que a renda aumenta o consumo da sociedade também aumenta. Deste modo, as empresas produzirão mais para que as pessoas consumam mais. E partindo do pressuposto de que a racionalidade do capitalista é consumir mais do que menos, aos indivíduos definirão quanto tempo será dispendido trabalhando e quais bens e serviços podem ser adquiridos com sua renda, sempre visando obter alto nível de satisfação. Sob esta perspectiva o surgimento do tradeoff é inevitável.

⁵ Termo desenvolvido por Karl Max, utilizado para o desemprego estrutural, ou seja, a força de trabalho que excede as necessidades da produção (MARX,1967).

As pessoas são movidas a incentivos⁶ e levam em conta o custo/benefício que podem ser obtidos em determinadas ações ou escolhas, considerando que na tomada de decisão podem enfrentar tradeoffs, e devem estar cientes dos custos de oportunidade⁷ que surge com cada ação tomada (MANKIW, 2012).

O custo de oportunidade propende ser observado nas situações de tradeoff; nas situações em que os agentes tende a escolher uma entre duas situações conflitantes. Diante disso, ele confronta as vantagens de cada opção, relacionando ganho com a recompensa ou o ganho com a segunda melhor opção. É na teoria do Consumidor, da Microeconomia, que o pressuposto da racionalidade se aplica, onde se estuda como os consumidores se comportam ao adquirirem determinados bens ou serviços, como enfrentam os tradeoffs e como suas escolhas podem ser restringidas por padrões de consumo, limitações orçamentárias (PINDYCK; RUBINFELD, 2002) e, a própria natureza que surge como um limitador, devido aos seus recursos finitos.

Mankiw (2012) cita um exemplo de Tradeoff entre trabalho e lazer, descrevendo como uma curva de oferta de trabalho reflete no lazer dos trabalhadores, ele expõe que um crescimento na curva oferta de mão de obra, significa que os trabalhadores passarão mais horas trabalhando e menos desfrutando o tempo com lazer.

Um outro exemplo clássico econômico é quando a sociedade se depara no curto prazo com um Tradeoff entre inflação e desemprego. Segundo Blanchard (2001) através da curva de Phillips, se demonstra a relação inversa entre o nível de desemprego e o nível de inflação. Mankiw (2012) explica que a alta inflação remete-se a um aumento na quantidade de moeda. Se emitida em elevada quantidade, seu valor diminui. Porém, esta ação estimula na economia um aumento do nível de consumo e demanda por produtos e serviços. Este aumento incentiva empresas a contratarem mão-de-obra e a aumentarem a produção de bens e serviços.

Dentro dos exemplos mencionados está intrínseco que a sociedade enfrenta um tradeoff entre eficiência e equidade. Para Mankiw (2012) “[...]”

⁶ Incentivo é algo que induz a pessoa a agir (MANKIW, 2012)

⁷ Custo de oportunidade significa qualquer coisa que se tenha que abrir mão para se obter algum item (MANKIW, 2012).

Eficiência significa que a sociedade está obtendo o máximo que pode de seus recursos escassos. Equidade significa que os benefícios advindos desses recursos estão sendo distribuídos uniformemente entre os membros da sociedade (p. 5).”

O tradeoff entre equidade e eficiência é a situação de escolha entre uma das duas partes, ou se tem eficiência na economia ou se tem equidade na distribuição dos recursos escassos. Uma economia que produza em grande quantidade, portanto eficiente, não necessariamente redistribuirá seus rendimentos de forma justa ou igualitária.

Então o paradigma econômico, tradeoff eficiência x equidade, pode ser analisado sob duas vertentes, ora optasse por crescer ora por distribuir,

[...] dadas as limitações dos recursos produtivos e do nível tecnológico, as nações procuram organizar sua economia a fim de resolver os problemas do que, quanto, como e para quem produzir de forma eficiente, isto é, com o menor desperdício possível. (RIZZIERI, 2004, p.15)

A economia do bem-estar, é centrada no ótimo de Pareto, e avalia o desempenho do mercado e da política econômica, onde a alocação de mercadorias e um equilíbrio competitivo é economicamente eficiente, podendo ser representada pela *mão invisível*, que tem por sua maior característica o comportamento anárquico do mercado (SMITH,1996). A economia de livre mercado induz o mercado a criar uma (des)ordem natural capaz de produzir o máximo de bem-estar com o máximo de liberdade. Para Adam Smith, a prosperidade da economia depende de sua capacidade produtiva, que por sua vez, dependia da acumulação de capital e da divisão do social do trabalho⁸. Com o crescimento, os capitalistas investiria seu lucro e aprofundaria a divisão do trabalho que possibilitaria maiores salários, lucros e acumulação de capital (HUNT E SHERMAN, 2010).

Muito se vê no estudo as ciências econômicas a mão-invisível de Smith, mas poucos se atentam para o pé invisível de Hunt que afirma que,

⁸ Se apenas um homem produzisse tudo que ele e sua família necessitavam, a produtividade permaneceria baixa. Mas se as tarefas fossem divididas entre vários homens, cada um dedicaria a uma única produção para qual tivesse melhor capacitado, e a produtividade naturalmente aumentaria, levando a especialização do trabalho à cada operário. (SMITH, 1996).

“[...] the invisible foot ensure us that in a free-market, capitalist economy each person pursuing only own good will automatically, and most efficiently, do his part in maximizing the general public misery (HUNT, 1980, p.245).”

Segundo Smith a mão invisível promove, através da acumulação de capital e da divisão social do trabalho, uma maior produção de bens, ou seja, quanto maior a quantidade de bem ofertado menor será seu preço, possibilitando maior poder de compra para o indivíduo. Já o pé invisível afirma que quanto maior a oferta e menor preço do bem, menor será o salário de subsistência, uma vez que, a mão de obra é uma ferramenta moldada pelo livre mercado, isto é, pelas relações entre oferta x demanda. Diante disso, enquanto um presa que o livre mercado gera bem-estar econômico (Eficiência) outro afirma que o livre mercado gera um mal-estar social (Equidade).

Explicitados todos os conceitos a serem utilizados neste trabalho, será aplicado o tradeoff eficiência e equidade no Estado de Mato Grosso, averiguando o seu comportamento nos últimos 20 anos.

1.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso, Brasil, possui área de 903.198,091 km², do qual ocupa 10,6% do território brasileiro, e está localizado na região político-administrativa Centro-Oeste. Limita-se ao Norte com os Estados Amazonas e Pará, ao Sul com Mato Grosso do Sul, ao Oeste com Rondônia e Bolívia, e ao Leste com Goiás e Tocantins. Mato Grosso apresenta três tipos de vegetação o Cerrado na área Leste, Pantanal na área Oeste e Floresta Amazônica a Noroeste. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população de Mato Grosso é de 3.035.122 habitantes.

Figura 1: Mapa da localização do Estado de Mato Grosso



Fonte: IBGE Mapas Mudos

A ocupação de Mato Grosso iniciou no século XVIII por meio dos bandeirantes que saíram da capitania de São Vicente em busca de capturar índios e metais preciosos. Os bandeirantes partindo em direção a atual Cuiabá, encontraram metais preciosos nas margens do Rio Coxipó. A exploração foi rentável, entretanto, temporária durando de 1719 a 1822 (TAFNER JUNIOR, 2015).

Após declínio da extração em Cuiabá, dissipou pelo território busca por novas fontes, fundando em 1737 a primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Durante o período colonial a extração de minérios era a principal atividade econômica, porém com a diminuição dos metais preciosos, precisou-se alocar o trabalho para outras atividades, como a pecuária e cana-de-açúcar. Logo após a Guerra do Paraguai, depois de anos de pobreza, já que a principal ligação com os mercados era feita através do rio Paraguai estava bloqueada, Mato Grosso obteve uma expansão econômica importante baseada na borracha e outros produtos primários. A borracha brasileira perde mercado no mundo, obrigando Mato Grosso a depender da pecuária (SANTOS, 1980).

Com a expansão capitalista em direção ao Oeste (movimento da fronteira agropecuária), foi imposto à Mato Grosso a função/condição de

periferia econômica dentro do sistema capitalista político nacional, tornando-se fornecedor de matérias-primas e alimentos baratos para serem transformados nos centros urbanos. Com o incentivo do Governo Federal a integração econômica aconteceu com as aberturas de rodovias e comunicação. Na década de 1930 incentivo a colonização do estado foi intensificado e seria aumentado significativamente na década de 1960. Os projetos de expansão moldados pelo governo Federal e Estatal formaram a atual estrutura agrária de Mato Grosso (IANNI, 1979).

Parte da colonização do Estado foi construído pela elite, que promovia na região a desigualdade social e a concentração de terra. O governo militar criou a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), que privilegiou capitalistas latifundiários com incentivos fiscais e créditos facilitados. O empresários do Centro-sul, principalmente os paulistas, os detentores de terra aumentaram suas riquezas com os incentivos e fundo pedido (IANNI, 1979). Na década de 1970 a função do Estado de Mato Grosso estava estabelecida, produzir via expansão agrícola para o consumo interno e para exportação.

As atividades agropecuárias se desenvolveram em uma situação fundiária de forte desigualdade que permanecem nos dias atuais. O Estado de Mato Grosso, estabeleceu como atividade econômica a venda de commodities como: soja, milho, algodão e madeira, além da pecuária bovina, suína, avícola e leite (TAFNER JUNIOR, 2015).

As características da forma de reprodução do capital dos produtos mencionados, ocorre nos moldes da Revolução Verde⁹, que têm por característica a concentração de terra e renda, atendendo os pressupostos do sistema capitalista. O Estado possui 141 municípios, reunidos em 22 microrregiões integrando cinco mesorregiões classificadas pelo IBGE¹⁰. As principais atividades econômicas de cada mesorregião são:

⁹A expressão foi criada em 1966, em uma conferência em Washington, mas o processo de modernização agrícola, que culminou na Revolução Verde, ocorria desde o final da 1940. O programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola, por meio de inovações tecnológicas, em variedades geneticamente melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, irrigação e motomecanização, este pacote tecnológico viabilizou o sistema de monoculturas (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006).

¹⁰ São: 1) Centro-sul (Cuiabá como polo); 2) Sudeste (Rondonópolis como polo); 3) Sudoeste (Cáceres como polo); 4) Norte (Sinop como polo) e 5) Nordeste (Barra do Garças como polo).

- i) Centro sul Mato-Grossense, o setor produtivo principal é o de serviços e comércio, onde estão localizados os principais centros financeiros, educacionais e profissionais, capital humano, governança pública, os centros logísticos e de serviços especializados.
- ii) Sudeste Mato-Grossense, se destaca produção de soja, algodão e milho e indústrias de transformação ligadas a esses produtos primários.
- iii) Norte Mato-Grossense, destaca o agronegócio empresarial em grande escala, com municípios mais prósperos. Produzem quantidades significativas de soja, algodão, milho, cana de açúcar, arroz, aves e suínos.
- iv) Sudoeste Mato-Grossense, nesta região destaca produção de agriculturas familiares, como produção de mel e derivados e pecuária leiteira. É pouco desenvolvido em relação as outras mesorregiões devido a estrutura fundiária e condições climáticas pouco favoráveis ao agronegócio.
- v) Nordeste Mato-Grossense, principal vetor econômico é a pecuária de corte.

Figura 2: Mapa das Mesorregiões de Mato Grosso



Fonte: IBGE (2016)

Os municípios ligados ao agronegócio de grão e fibras, como a região Sudeste e Norte possui elevada renda per capita, quando as áreas especializadas em pecuária de corte, leiteira e agricultura familiar, como Centro-sul, Sudoeste e Norte, tendem a demonstrar renda per capita abaixo da média.

Essas instituições econômicas produtivas, promovem a eficiência e a desigualdade ao mesmo tempo. Neste contexto econômico que apresenta o Estado de Mato Grosso se mensurará o tradeoff Eficiência x Equidade.

2. MENSURANDO O TRADEOFF EFICIÊNCIA X EQUIDADE

Economistas e formuladores de políticas utilizam o Produto Interno Bruto (PIB) para monitorar o desempenho da economia. PIB é um indicador econômico que mensura a produtividade de uma sociedade. Mankiw (2012) define o PIB como “o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país, em um dado período de tempo (p. 492).”

Para entender como a economia utiliza seus recursos escassos, o PIB avalia tudo que é comprado e vendido, através dos dispêndios (MANKIW,2012). PIB (Y) é dividido em quatro componentes: consumo (C), investimento (I), gastos do governo (G) e exportações líquidas (EL):

$$Y = C + I + G + EL(Exp - Imp) \quad (1)$$

Está é uma equação identidade, onde cada valor incluído em um dos quatro componentes, quando somados, o resultado deve ser igual ao do PIB. Os quatro componentes podem ser descritos como: consumo, a despesa das famílias em bens e serviços; investimento, a compra de bens usados no futuro para produzir mais bens e serviços; compras do governo, gastos em bens e serviços dos governos municipais, estaduais e federais e; exportações líquidas, despesas por parte de estrangeiros em bens produzidos internamente menos a aquisição de bens produzidos em outros países adquiridos por meio do capital interno. (MANKIW, 2012).

O PIB pode sofrer interferência nos valores, por conta da inflação, se comparados de um ano para outro, as causas podem surgir do aumento da

quantidade ou de uma elevação nos preços dos bens de serviços. Portanto, utiliza-se a medida do PIB real, que apresenta o valor dos bens e serviços produzidos em um determinado ano avaliados aos preços de outro ano específico do passado (HUBBARD e O'BRIEN, 2010).

Como visto, O PIB é a ferramenta mais utilizada para medir a produtividade. Sendo assim, a mais utilizada medida de bem-estar econômico do indivíduo, seria o PIB *per capita* (Y_{pc}), que calcula a renda média dos indivíduos na economia ($Y_{pc} = Y / \text{população}$) (MANKIW, 2012).

O PIB não é uma medida perfeita do bem-estar, não captura aspectos como distribuição de renda, incidência de pobreza, preservação do meio-ambiente e qualidade de vida de forma mais abrangente. O PIB ajuda a medir a velocidade que a máquina gira, mas não diz o que ela produz, com que custos ambientais e nem para quem. Como a crítica do senador Robert Kennedy, em seu discurso para a Universidade do Kansas, em 18 de março de 1968.

“[O produto interno bruto] não leva em consideração a saúde de nossas crianças, qualidade de sua educação ou a felicidade de suas brincadeiras. Não inclui a beleza de nossa poesia nem a solidez de nossos casamentos, a inteligência do nosso debate público ou a integridade dos funcionários públicos. Não mede nem nossa coragem, nem nossa sabedoria, nem nossa devoção ao país. Em resumo, mede tudo, exceto aquilo que faz a vida valer a pena [...] (KENNEDY, 1968).”

Porém, para Mankiw (2012) “o PIB não mede diretamente as coisas que fazem a vida valer a pena, mas mede nossa capacidade de obter os insumos para uma vida que valha a pena (p. 501).”

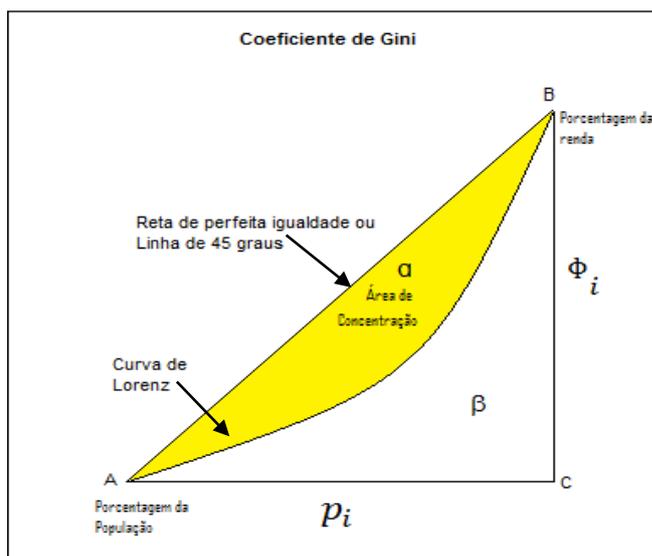
Portanto, para melhor medir o desempenho de diferentes regiões, averiguando os problemas e as oportunidades de melhorias, utiliza-se outras ferramentas, como o coeficiente (ou índice) de Gini.

O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade, desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini¹¹, frequentemente utilizado para calcular o grau da concentração de renda de uma região, localidade ou sociedade mas pode ser utilizado em qualquer distribuição, como concentração de terra, bem estar social, pobreza, desenvolvimento econômico, entre outros.

¹¹ Sua obra foi publicada no documento “*variabilità e Mutabilità* em 1912.

O Coeficiente de Gini (G) baseia seu cálculo na Curva de Lorenz, que mede o grau de variação da renda, entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda, e 1 corresponde à completa desigualdade. Na figura 3 encontra-se uma curva de Lorenz hipotética, a curva mostra como a proporção acumulada da renda (ϕ) varia em função da proporção acumulada da população (p), estando ordenados em valores crescentes da renda (HOFFMAN, 2006, p. 336).

Figura 3: Coeficiente de Gini



Fonte: Elaboração da Autora

Quanto maior a área de concentração (em amarelo) maior será a concentração de renda. Observa-se que se não houvesse concentração, a curva estaria sob a reta de perfeita igualdade e a área de concentração seria 0. Em contrapartida, se a curva situar-se em toda área do triângulo ABC assume-se concentração máxima 1.

Por definição, o coeficiente (ou índice) de Gini (G), é uma relação entre área de desigualdade, indicada por α , e a área do triângulo ABC, assim sendo:

$$G = \frac{\alpha}{0.5} = 2\alpha \quad (2.1)$$

Assim $0 \leq \alpha < 0.5$, tem-se $0 \leq G < 1$. Se não há concentração, o numerador é zero, e o coeficiente de Gini também resulta em zero. Se a concentração é máxima, o coeficiente assume valor de um.

Para uma distribuição discreta, considera uma variável aleatória discreta $X_i (i = 1, \dots, n)$ cujos valores estão em ordem crescente, ou seja, $X_1 \leq X_2 \leq X_3 \leq \dots \leq X_{n-1} \leq X_n$. Supondo que n valores sejam igualmente prováveis. A proporção acumulada do número de elementos até o i -ésimo é:

$$P_i = \frac{i}{n} (i = 1, \dots, n) \quad (2.2)$$

A correspondente acumulada de X , até o i -ésimo elemento é:

$$\Phi_i = \frac{\sum_{j=1}^i X_j}{\sum_{j=1}^n X_j} = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i X_j \quad \text{já que } \sum_{j=1}^n X_j = n\mu \quad (2.3)$$

Assim, se X representa a renda individual e se $X_i < X_{i+1}$, Φ_i representa a fração da renda individual total apropriada pelos indivíduos com renda superior ou igual a X_i .

As expressões dadas em (2.2) e (2.3) definem as coordenadas (p_i, Φ_i) com $i=1, \dots, n$ de n pontos da “curva” de Lorenz.

Para calcular o índice de Gini para os valores discretos tem-se:

Seja β a área entre a “curva” de Lorenz e o eixo das abscissas. Assim:

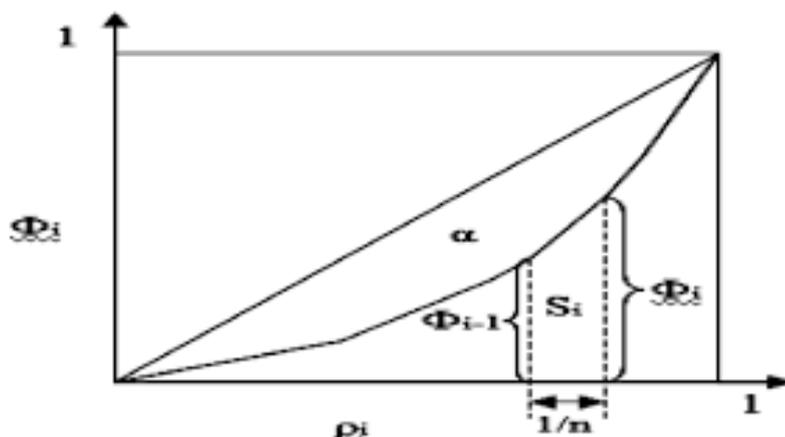
$$\alpha + \beta = 0.5 \text{ ou } \alpha = 0.5 - \beta \quad (2.4)$$

Substituindo (2.4) em (2.1) têm-se:

$$G = 1 - 2\beta \quad (2.5)$$

Supondo uma determinada representação gráfica de uma “curva” de Lorenz para dados discretos.

Figura 4: A poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta



Fonte: IPECE (2016)

A área em β pode ser obtida somando a área de n trapézios. Para o caso do i -ésimo trapézio, temos a área δ_i sendo dada por:

$$\delta_i = \frac{1}{2n} (\phi_{i-1} + \phi_i) \quad (2.6)$$

Descartando o primeiro trapézio, ou seja, fazendo $\phi = 0$ têm-se:

$$\beta = \sum_{i=1}^n \delta_i = \frac{1}{2n} \sum_{i=1}^n (\phi_{i-1} + \phi_i) \quad (2.7)$$

Substituindo esta expressão em (5):

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\phi_{i-1} + \phi_i) \quad (2.8)$$

A variável utilizada para apontar o coeficiente de GINI foi o rendimento domiciliar. O rendimento domiciliar per capita é definido como a razão entre o rendimento domiciliar e o número de moradores. Os dados do Índice de Gini da renda domiciliar per capita, utilizado neste trabalho foram retirados do IPEADATA, ele mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita de uma determinada população e em um determinado espaço geográfico.

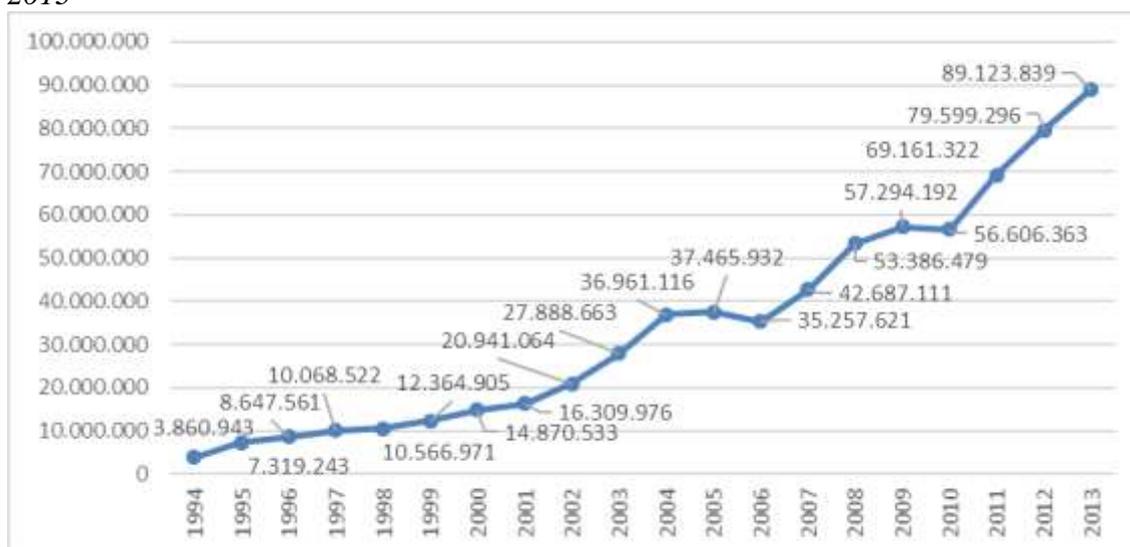
Através das duas ferramentas relatadas, o PIB e o índice de Gini, as mesmas serão mensuradas e suas evoluções demonstradas, por meio de

gráficos e tabelas, procurando averiguar o comportamento do tradeoff eficiência x equidade dentro do Estado de Mato Grosso.

3. O TRADEOFF EFICIÊNCIA X EQUIDADE NO ESTADO DE MATO GROSSO

Para aplicar o tradeoff Eficiência x Equidade no Estado de Mato Grosso recorreremos aos dados do PIB e do Índice de Gini conforme mencionado na metodologia do capítulo 2. Os dados serão apresentados entre tabelas e gráficos no período de 1994 à 2014. Conforme o gráfico 1, o PIB de Mato Grosso apresentou um evolução ao longo dos anos, a partir de 2007 há um perceptível crescimento, este fato pode ser atrelado ao anúncio da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, que impactou setorialmente a economia Mato-grossense.

Gráfico 1: Produto Interno Bruto Real do Estado de Mato Grosso, no período de 1994 - 2013



Fonte: IBGE (2016)¹²

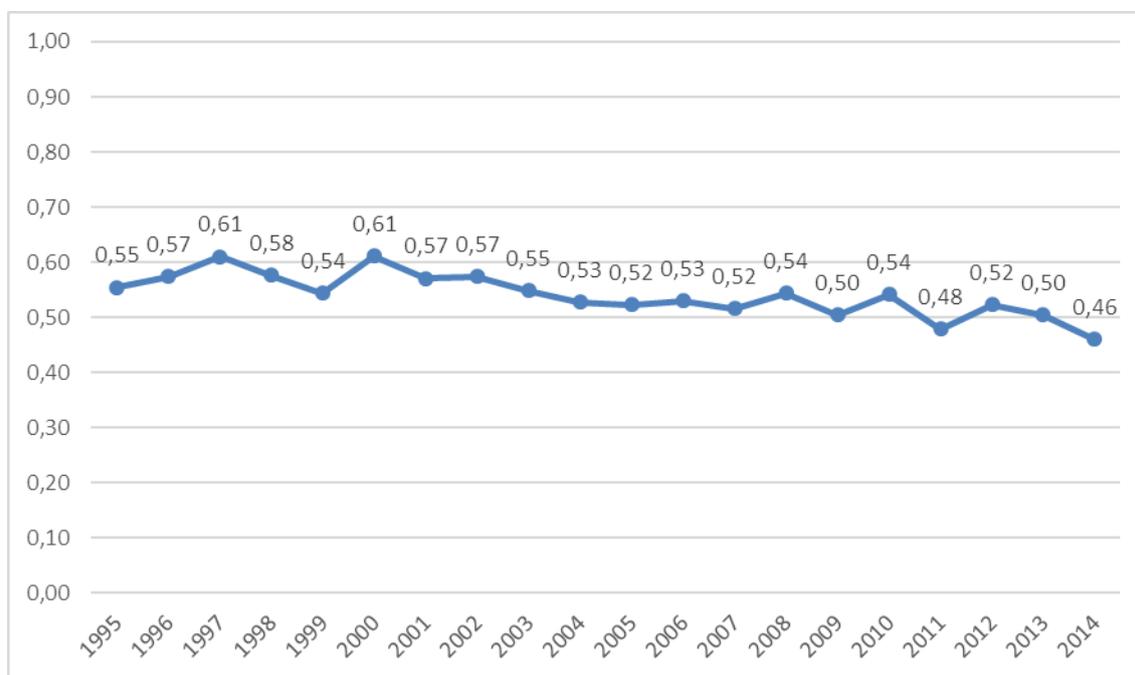
No gráfico 1 é possível destacar dois períodos de alto crescimento. O primeiro refere-se ao de 2002 a 2007, período onde a economia mundial passava por um dos maiores momentos de prosperidade e estabilidade econômica. E o segundo, no período de 2008 a 2013, que apresentou um salto se comparado com o período anterior, devido a interferência do Estado na economia com investimentos pré-Copa do Mundo que fez com que o PIB de

¹² O PIB do ano de 2014 será disponibilizado, segundo o calendário do IBGE, em outubro de 2016.

Mato Grosso crescesse, mesmo que o cenário mundial estivesse em crise, ocasionada, primeiro pela falência de instituições econômicas dos Estados Unidos, e posteriormente na Europa.

Os valores do índice de Gini do Estado de Mato Grosso apresentados no gráfico 2, permite avaliar a evolução do índice. Embora a desigualdade tenha se mantido relativamente no mesmo patamar, mas variando entre 0,60 a 0,50 ao longo dos anos. No ano de 2014 o grau de desigualdade apresentou uma significativa redução, demonstrando o menor valor (0,46) ao longo do período, contrastando com o aumento do PIB no mesmo período, contrariando o pressuposto de tradeoff entre Eficiência x Equidade, conforme o gráfico 3. Este resultado pode ser imputado ao poder público, devido ao investimento aplicado pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, para melhorias estruturais na cidade-sede Cuiabá e na vizinha Várzea-Grande, que gerou uma demanda em obras e serviços, acarretando empregos adicionais e aumentando a renda per capita domiciliar (IPEADATA,2016).

Gráfico 2: Índice de Gini do Estado de Mato Grosso, no período de 1995 - 2014.



Fonte: IPEADATA (2016), IBGE (2016) ¹³

¹³ Segundo o IPEA não houve pesquisa nos anos de 1994, 2000 e 2010. Portanto, para os dois últimos anos, utilizou-se os dados do IBGE.

Para realização da Copa do Mundo de 2014, o Governo priorizou os principais projetos de estruturação dos Municípios e dividindo-os em 3 ciclos de planejamentos. O primeiro ciclo teve o foco a infraestrutura, cuja a necessidade era imediata devido ao longo processo de maturação. Eram enquadrados os projetos de mobilidade urbana, estádios, aeroportos e portos. O segundo ciclo de planejamento refere-se à ações de infraestrutura e serviços complementares, trata-se de temas como segurança, infraestrutura logística, energia, etc. Ações que teve o planejamento iniciado e necessitavam de menor tempo para conclusão. O terceiro ciclo de planejamento trata de ações de operação, que precisavam ser planejados com antecedências mas realizados somente próximos ao período das competições. Tratavam-se das operações de malha aérea, operações aeroportuárias e portuárias, de transportes e mobilidade urbana.

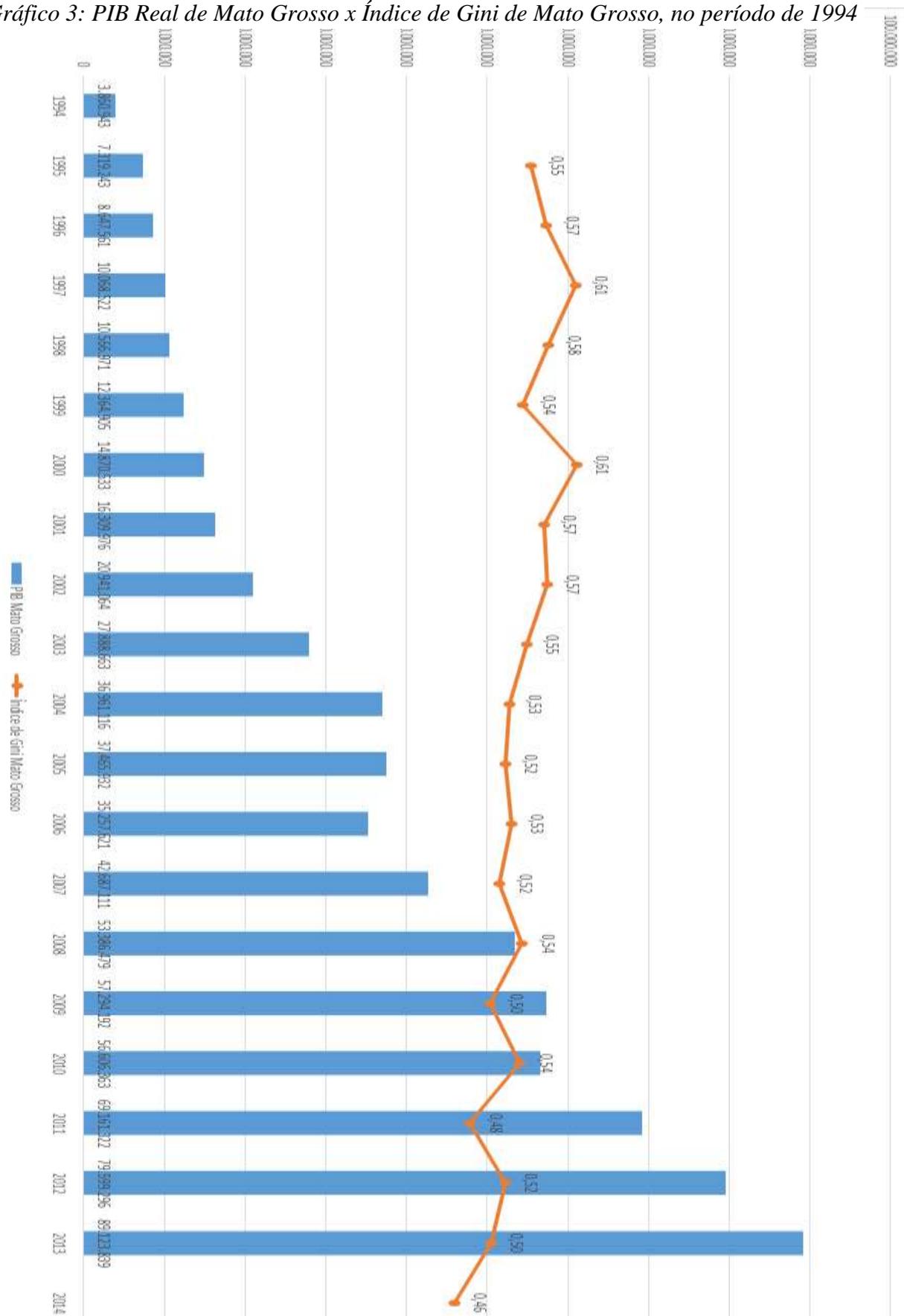
Segundo o 6º balanço da Copa do Mundo 2014, o início do primeiro ciclo de planejamento deu-se a partir da definição das cidades-sedes em maio de 2009. Em janeiro de 2010, ocorreu as assinaturas da Matriz de Responsabilidade, entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal definindo a responsabilidade de cada um dos entes no que se refere as fontes de recursos e execução dos projetos. O início dos 2 e 3 ciclos de planejamento ocorreu, respectivamente, em 2011 e 2012. Em Junho de 2013 ocorreu a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, sendo em Dezembro de 2013 o sorteio dos grupos para competir na Copa. E durante os meses Junho/Julho de 2014 ocorreu a Copa do Mundo FIFA 2014 (BRASIL, 2014).

O valor final da Matriz de Responsabilidade para todas as cidades-sedes, segundo o Ministério do Esporte, foi de R\$ 27,1 Bilhões de reais. Na cidade-sede Cuiabá o total investido foi de R\$ 2.390,7 Bilhões de reais, divididos entre a construção do Estádio Arena Pantanal (SECOPA 2014) (R\$ 596,4 Milhões), a Mobilidade Urbana (R\$ 1.706,5 milhões, e ainda foram financiados R\$ 510,2 Milhões para esta rubrica), e o Aeroporto (R\$ 101,2 Milhões) (BRASIL, 2014).

Dado o exposto, no gráfico 3 o período de 1994 a 2014 pode então ser dividido em duas fases distintas. Na primeira fase, de 1994 a 2007, período

antes do anúncio da Copa do Mundo 2014, e na segunda fase, de 2008 a 2014, período pós anúncio do Brasil como país sede da Copa do Mundo 2014.

Gráfico 3: PIB Real de Mato Grosso x Índice de Gini de Mato Grosso, no período de 1994



Fonte: IPEADATA (2016), IBGE (2016)

Na Tabela 1, é possível observar o crescimento do PIB das mesorregiões do Estado de Mato Grosso de 2008 – 2013. Todas as mesorregiões apresentaram crescimento, mas destacam-se as Norte Mato-grossense e Centro-Sul Mato-grossense, as principais regiões influenciadas pelos investimentos realizados do Governo.

Parte dos recursos investidos ficaram concentrados na mesorregião Centro-sul, isto ocorre, devido a mesorregião deter 33,93% da população do Estado (IBGE 2013) e a capital ser a cidade-sede das competições. Os setores turismo e serviços foram alguns beneficiados com a copa. Segundo 6ª balanço da Copa do Mundo 2014, passaram por Cuiabá mais de 108 mil turistas, que impactou a economia local em R\$ 311 milhões de reais. O turismo em Chapada dos Guimarães teve aumento de mais de 150%, ocorrendo também grande procura por outros destinos, como o Pantanal. Além dos aumentos expressivos nos segmentos hoteleiros e no comércio local.

Tabela 1: Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Milhões Reais) das Mesorregiões de Mato Grosso, 2008 – 2013

Produto Interno Bruto a Preços correntes (Milhões Reais) das Mesorregiões de Mato Grosso, 2008 - 2013.					
Mesorregião	Ano				
	2008	2010	2011	2012	2013
Norte Mato-grossense	20.169.668	17.781.949	24.089.172	28.606.035	32.008.681
Nordeste Mato-grossense	4.111.106	3.747.525	4.978.012	5.803.243	6.671.451
Sudoeste Mato-grossense	3.893.416	5.140.525	5.853.866	6.207.584	7.160.649
Centro-Sul Mato-grossense	13.747.378	18.859.292	20.713.317	24.089.749	26.339.899
Sudeste Mato-grossense	11.469.920	11.077.071	13.526.955	14.892.685	16.943.159

Fonte: IBGE (2016); SEPLAN (2016)¹⁴

¹⁴Os dados do ano de 2008 foi retirado do IBGE. Os anos remanescentes foram retirados da SEPLAN - MT.

No próximo capítulo será abordado, os principais acontecimentos do cenário econômico nacional que influenciaram no PIB do Estado antes do anúncio da Copa do Mundo 2014, uma vez que durante o período o Tradeoff Eficiência x Equidade era atendido através do livre mercado; e no período pós anúncio da copa, como os investimentos afetaram a renda per capita das famílias a partir de investimentos públicos, pois no Mato Grosso não havia sido realizado um investimento de grande relevância como o que ocorreu para a execução da Copa do Mundo.

4. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA COMO PROMOTORA DE IGUALDADE NO ESTADO DE MATO GROSSO

Como apresentado no capítulo anterior o período estudado de 1994 - 2013, pode ser dividido em duas fases; a primeira antes do anúncio da Copa do Mundo (1994 à 2007), e a segunda pós anúncio da Copa do Mundo (2008 à 2014).

Na primeira fase, o Brasil na tentativa de eliminar a inflação, no início dos anos 1990, passava pelo processo de estabilização econômica, impulsionando a abertura ao mercado exterior, às privatizações, as renegociações da dívida externa, entre outras medidas atreladas ao Consenso de Washington de 1989, que tinha por objetivo a promoção da política neoliberal em favor do livre mercado. Para que o Programa de Estabilização Econômica, ou Plano Real, pudesse ser estabelecido foi necessário equilibrar as finanças Públicas, por meio, redução de gastos da União, das privatizações, dentre outras medidas. Somente então, em março de 1994 veio a Unidade Real de Valor (URV), que servia como transição para introdução de uma nova moeda. Em 1ª de Julho de 1994, a nova moeda, o Real, foi introduzido.

Durante o período de 1994 – 1999 a inflação era controlada pelo câmbio, e o PIB de Mato Grosso, conforme o gráfico 1, foi beneficiado pelo sucesso ao combate à inflação, mas devido à valorização da moeda (onde um real equivalia a um dólar), demonstrou um crescimento linear. Porém, devido a deterioração da balança comercial e das contínuas crises externas, como as do México (1994), a da Ásia (1997) e da Rússia (1998), levaram a liberação do câmbio em Janeiro de 1999. A desvalorização do Real incentivou o setor

agrícola à aumentar sua produção, que é voltada à exportação de commodities, cotadas em Dólar. Segundo Baer (2009)

“[...] em 2003, o Brasil foi o segundo maior produtor de soja, o terceiro maior produtor de milho e o maior produtor de café, açúcar, álcool e suco de frutas do mundo. Também esteve entre os maiores produtores de carne e aves, em 2006 era um dos principais produtores de algodão e biocombustíveis feito a partir da cana de açúcar. Enquanto a produção de grãos e sementes oleaginosas aumentou 32,3% no período de 1991-1998, cresceu 55,4% no período de 1999-2004 (p.412).”

O Estado de Mato Grosso, que tem grande parte do PIB formado pela exportação de commodities e produtos primários, como visto na seção 1.1, teve, conforme o índice de Gini apresentado no gráfico 2, durante o período 1994 – 1999 o seu pico de 0,61. A economia, no intervalo mencionado corria em livre mercado, onde o mercado de trabalho era determinado pelas relações entre oferta e demanda, o Estado intervia somente garantindo estabilidade dos processos econômicos, por meio de incentivos fiscais ou benefícios sociais.

Parte do crescimento do Estado de Mato Grosso, adveio do dinamismo econômico e da modernização produtiva agroindustrial. Na tabela 1, nota-se um crescimento em todos os setores produtivos das mesorregiões mato-grossense. Antes do anúncio da Copa do Mundo, o Estado recebia o excedente produzido pelas mesorregiões e após o anúncio passou a receber, conjuntamente, o excedente investido pelo Governo para o megaevento. Desse modo, as cinco mesorregiões tiveram a eficiência aumentada (Tabela 1), e o índice de Gini (Gráfico 3) demonstra que o Mato Grosso passou a ser menos desigual, e esta mudança advém da intervenção do Governo Federal na economia. Portanto, o cenário econômico anterior continua, sendo implementado, após o anúncio (2008 – 2013), o aumento da intensidade da intervenção do poder público na esfera econômica.

Ao realizar megaeventos, como a Copa do Mundo, promove-se o investimento em infraestrutura urbana, reformas/construção de estádios, turismo além de investimentos privados, ações que geram novas oportunidades para a população do estado e do país. Na segunda fase do estudo, após anúncio da Copa do Mundo, o crescimento do PIB de Mato Grosso (gráfico 3),

está atrelado à intervenção do Estado na economia; criando empregos, intensificando investimentos e atraindo capital estrangeiro.

Segundo Kalecki (1977), o empresário ao contratar certa quantidade de trabalhadores, leva em consideração quanto ele irá produzir com base em quanto ele espera vender, não pelo mercado de trabalho como no modelo neoclássico baseado no conceito da marginalidade econômica. Ao tomar uma decisão de investimento, o empresário se preocupa com o retorno que determinado bem lhe trará em longo prazo. O lucro para o empresário, segundo Keynes (1982) é a quantia que ele maximiza ao aumentar o volume de emprego, ou seja,

“o volume de emprego é determinado pelo ponto de intersecção da função da demanda agregada e da função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas, a chamada demanda efetiva.” (KEYNES, 1982, p.38).

Keynes (1982) separa a demanda agregada¹⁵ em investimento e consumo, demonstrando que a oferta inicial pode ser diferente da demanda final, sendo contrário aos clássicos¹⁶, ou seja, são as expectativas (ou a criação dessas expectativas conforme Kalecki (1977)) de demanda que determinam a oferta. Desse modo, “a função de determinada demanda agregada relaciona determinado volume de emprego com o produto das vendas que se espera realizar desse volume de emprego (KEYNES, p. 83),” este produto das vendas é formado pela soma do consumo despendido quando o emprego está a certo nível e a soma que se destinará ao investimento.

“Quando o emprego aumenta, aumenta, também, a renda real agregada. [...] Dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha a determinado nível. A não ser que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessárias para induzi-los a oferecer tal volume de emprego. Daqui se segue, portanto, que, dado o que chamaremos de propensão a consumir da comunidade, o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do investimento corrente. O montante de investimento corrente dependerá, por sua vez, do que chamaremos de incentivo para investir, o qual, como se verificará, depende da relação entre a

¹⁵ A demanda agregada: é a renda que o empresário espera receber por oferecer determinado volume de emprego (Lopes e Vasconcelos, 2010, p. 140).

¹⁶ Keynes faz referência a Lei de Say, onde toda oferta gera sua própria demanda.

escala da eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos.” (KEYNES, 1982, p. 40)

Dado o exposto, à decisão de investir, Keynes chama de eficiência marginal de capital, que significa, se o rendimento provável - ao se investir em determinado bem - for superior as taxas de juros (custo de obter empréstimos ou custo de oportunidade de se imobilizar os recursos) o empresário investe, se for ao contrário não investe. A eficiência marginal do capital para Keynes é um problema devido a sua instabilidade, como é calculada a partir de expectativas dos empresários, o investimento pode sofrer oscilações, impactando a demanda agregada e a atividade econômica. (LOPEZ e VASCONCELOS, 2010).

Kalecki (1977) enfatiza a importância do investimento, pois os investimentos passados influenciam novos investimentos, e “é essa variável que determina o nível da renda nacional num dado ano e suas variações (ciclos e crescimento) no decorrer do tempo (p.19)”.

A teoria geral keynesiana afirma que o emprego pode aumentar simultaneamente ao investimento, a não ser que ocorra uma mudança na propensão a consumir¹⁷. Do mesmo modo, Keynes estabelece uma relação entre a renda e o investimento, e entre o emprego total e o emprego diretamente vinculado ao investimento – a esta relação Keynes chama de “multiplicador”, o qual, dada a propensão a consumir, estabelece uma ligação entre o fluxo de investimento e os volumes agregados do emprego e da renda, dessa maneira Keynes (1982) cita,

“[...] é pelo princípio geral do multiplicador que se explica como as flutuações no montante do investimento, comparativamente pequenas e, proporção à renda nacional, podem gerar alterações no emprego e na renda agregada de amplitude muito maior que elas próprias.” (p.106)

Deste modo, “quanto maior for a propensão marginal a consumir, maior será o multiplicador e, por consequência, maior distúrbio causará sobre o emprego uma variação do investimento.” (KEYNES, 1982, p.108)

¹⁷ A propensão a consumir é a relação entre o rendimento e o consumo, ou seja, o quando o consumo efetivo se verifica, ou que se espera a verificar-se, com as diferentes quantidades de rendimento. (Keynes, 1982, p. 88)

Em conformidade com Keynes, Kalecki afirma que investimento significa aquisição de equipamentos do setor produtor de bens de capital, ampliação da capacidade produtiva e, finalmente, expansão da produção corrente de bens de capital. Se houvesse uma queda de investimento engendrada pela queda de salários e preços, acarretaria ociosidade do equipamento instalado e desemprego. Desta maneira, para gerar demanda efetiva, o Estado entraria para reestabelecer o sistema econômico capitalista, atuando no sentido de aumentar o investimento e em elevar a propensão a consumir. Keynes (1982) cita um dos exemplos de intervenção de Estado, do qual chama de mineração de ouro (solução de abrir buracos no chão),

“Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, as enterrasse a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas de lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, (...), a tarefa de desenterrar novamente as notas, o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade, o são. Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.” (p.109)

Portanto, Keynes propõe uma intervenção do Estado, para canalizar e gerar investimentos, tanto nos meios de pagamentos e taxas de juros como também no lado da demanda, mediante o aumento dos gastos governamentais em programas de obras públicas.

“[...] Em tais condições de insuficiência de demanda, o governo deveria assumir um papel ativo de complementar os gastos privados, ou reduzindo impostos ou realizando investimentos, mesmo em obras aparentemente sem lógica imediata, como abrir e fechar buracos, enterrar dinheiro em minas abandonadas e oferecer concessões ao setor privado para exploração, etc. A insuficiência de demanda que caracteriza as crises de desemprego, resultam da escassez de novos investimentos (motivada, por sua vez pela queda na eficiência marginal de capital). Por isso não bastava que o governo ampliasse a oferta de recursos para investimentos. Seria necessário que houvesse um aumento simultâneo nos gastos em obras públicas.” (KEYNES, 1982, p.13).

Para Kalecki (1977), se os investimentos não forem suficientes para suprir a demanda efetiva, a melhor maneira de suprir as lacunas seria pelas despesas do governo.

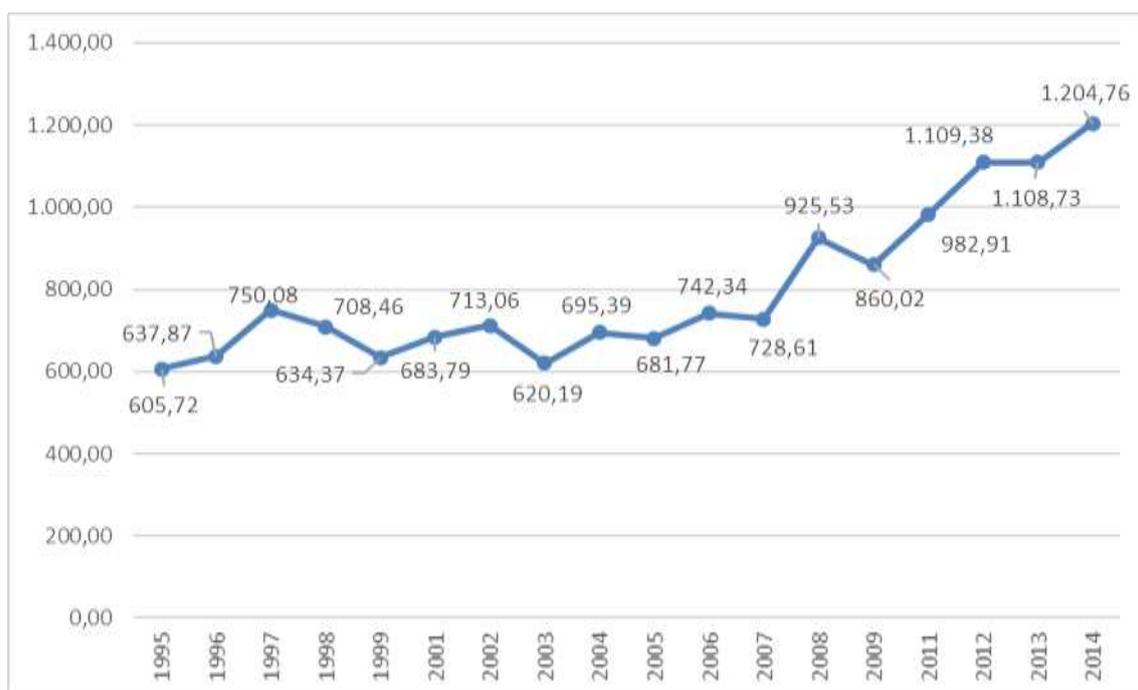
“[...]O investimento pode ser substituído, [...], por despesas governamentais financiadas por empréstimos, desde que elas não envolvam nenhuma redução das rendas por meio de tributação.

Assim, as despesas governamentais baseadas no déficit orçamentaria podem solucionar o problema da demanda efetiva; e se são suficientemente elevadas, podem assegurar o pleno emprego (p.130).”

A dinamização de programas - controle governamental da oferta de moeda, manipulação da taxa de juros e o ajustamento de política fiscal ou crescimento de demanda agregada - são para Keynes políticas econômicas mais eficientes que um redução de salários, como no modelo clássico para combater o desemprego, pois podem gerar efeito multiplicador na renda e no emprego, da mesma maneira, que uma expansão autônoma privada (KEYNES, 1984).

Na cidade-sede Cuiabá, e também na cidade vizinha Várzea Grande, grande parte do investimento concentrou-se nas obras de mobilidade urbana e na construção do estádio, que gerou uma grande demanda por serviços na construção civil. Esta demanda possibilitou uma criação de empregos e geração de renda, ou seja, o grande investimento do poder público Federal, Estadual e Municipal, para construção das obras influenciaram os empresários a contratarem mais mão de obra, já que, o mercado demandava por serviços. A intervenção do Governo Federal foi ação que promoveu o aumento da renda domiciliar per capital no Mato Grosso, pois como explicado anteriormente, um aumento de investimento gerado por uma ação estatal promove aumento da renda, como demonstrado, na segunda fase (2007-2014), da gráfico 4.

Gráfico 4: Renda Média domiciliar de Mato Grosso, de 1994 - 2014.



Fonte: IPEADATA (2016).¹⁸

A intervenção do Governo, promovendo investimentos, que aumenta o PIB (a variável G da equação 1) tem como consequência a criação de emprego e renda promovendo a funcionalidade do multiplicador keynesiano, atuando diretamente na diluição da renda entre as famílias. O aumento do número de pessoas empregada diminui o tamanho do exército de reserva de trabalhadores e ao diminuí-lo reduz-se a pressão sobre o salário do trabalhador, que passa a não sofrer a ameaça de ser demitido e substituído por outro. Por conseguinte, o trabalhador passa a ter maior autonomia, um maior poder de barganha perante o capitalista, para definir seu salário. O multiplicador keynesiano faz com que o PIB aumente (Eficiência), o que também ocorre com a equidade, conforme demonstrado no gráfico 3, no período de 2008-2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de produção do Estado de Mato Grosso se estabeleceu conforme o sistema capitalista, no início da década de 1990 aos moldes da

¹⁸ Segundo o IPEA não houve pesquisa nos anos de 1994, 2000 e 2010.

política economia neoliberal baseada no livre mercado. Desta maneira, durante início do período observado o tradeoff entre Eficiência x Equidade é afirmado, já que, o Estado crescia de forma eficiente, mas, não distribuía de forma igualitária alcançando pico da desigualdade nos últimos 20 anos. O PIB do Estado apresentou uma evolução considerável a partir de 2002, motivados por uma prospera e estável economia mundial e posteriormente, a partir de 2007, ocorreu por meio de uma intervenção direta do poder público, um aumento significativo, sem precedentes.

Durante o período de crescimento mundial, o Estado de Mato Grosso assim como a União Federal, cresceu economicamente, acumulando e reinvestido capital, multiplicando-o, o que proporcionou um investimento direto nas cidades-sede da Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, promovendo o crescimento no Estado mesmo em tempos de crise mundial. Os gastos do governo direcionados para realização do Megaevento, possibilitou a criação de empregos e renda. Uma vez que, a desigualdade do Estado se mantinha sempre em constância, a partir da intervenção direta do poder público na economia, pode-se observar uma diminuição da desigualdade e um aumento de renda per capita.

Essa intervenção trouxe resultados que contrariam a teoria do tradeoff Eficiência x Equidade. Espera-se, com o fim dos investimentos voltados para a Copa do Mundo, que o multiplicador keynesiano tenha folego para se estender até o fim da nova crise econômica vigente. Não pretende-se aqui esgotar o tema abordado, mas sim provocar uma reflexão sobre a promoção do bem-estar social com a intervenção ou ausência do Estado na economia.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, O. **Macroeconomia: teoria e política econômica** / Olivier Blanchard; tradução [da 2.ed original] de Maria José Cyhlar Monteiro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2001 – 12ª Reimpressão.

BRAZIL. Portal da Copa. Site do Governo Federal Brasileiro sobre a **Copa do Mundo da FIFA 2014**. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/balancos>. Acessado em: 24/08/2016

GASQUES, José Garcia et al. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acessado e: 28/08/2016.

GROSSO, Mato. "SEPLAN –MT". **Produto Interno Bruto- PIB de Mato Grosso, 2010 – 2013** – 27.04.2016. Disponível em: http://www.seplan.mt.gov.br/-/3934855-pib-mato-grosso-e-municipios?ciclo=cv_gestao_inf. Acessado em: 25/08/2016.

HOFFMANN, R. **Estatística para Economista. Revista e ampliada**. São Paulo-SP. Editora Pioneira Thomson ,2006. Cap. 17, Medidas de Desigualdade, p. 335 – 350.

HUBBARD, R. Glenn; O'BRIEN, Anthony. **Introdução à economia**. Bookman, 2010. Cap. 19, PIB: Medindo a Produção e a Renda Total, p. 703.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas,1980, p. 216.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico** / E. K. Hunt, Mark Lautzenheiser; [tradução de André Arruda Villela]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.Cap.1, Uma definição de Capitalismo, p. 29 – 34.

HUNT, E. K. **A radical Critique of Welfare Economics, in Growth, Profits, and Property**, ed. Edward J. Nell. Nova York: Cambridge University Press, 1980, p. 239-249.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 -1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>. Acessado: 17/07/2016

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Nova Cultura, 1977.

KENNEDY, R. F. **Robert F. Kennedy Speeches - Remarks at the University of Kansas**, March 18, 1968. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/Research/Research-Aids/Ready-Reference/RFK-Speeches/Remarks-of-Robert-F-Kennedy-at-the-University-of-Kansas-March-18-1968.aspx> . Acessado: 12/09/2016

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982. Pag. 19.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, M. A. S (org.). **Manual de macroeconomia; nível básico e nível intermediário**. 3, ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 4, pag. 140 -142.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia** / N. Gregory Mankiw; tradução Allan Vigigal Hasting, Elisete Paes e Lima; revisão técnica Carlos Roberto Martins Passos, Manuel José Nunes Pinto. – São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MARX, Karl. **Capital, vol. 1**, New York: International Publishers, 1967, p. 639, 645.

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. **Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 44, n. 2, p. 263-293, Junho 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000200006 . Acessado: 06/09/2016.

NOGAMI, O. **Economia**. 1 ed. rev. – IESDE Brasil, 2012. Curitiba, PR. 246p.: 24 cm.

PINDYCK, R. S. Rubinfeld, Daniel L. **Microeconomia** – Quinta edição. Tradução e revisão técnica: Professor Eleutério Prado. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROLL, Renato Matos. "Curva de Phillips." Disponível em: <<https://xa.yimg.com/kq/groups/21989516/880579904/name/Curva+de+Phillips+-+Texto+Unb.pdf>> Acessado: 18/07/2016

RIZZIERI, J. A. B. Introdução à economia. In: Manual de economia / Amaury Patrick Gremaud... [et al]; organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcelos, - 5. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004. Cap.1, p.15.

SANTOS, R. **Histórica Econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAY, Jean-Baptiste. 1767 – 1832. **Tratado de economia política**/ Jean-Baptiste Say; prefácio de Georges Tapinos; tradução de Bathazar Barbosa Filho; tradução do prefácio de Rita Valente Correia Guedes. – São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações Volume I**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TAFNER JUNIOR, A. W. **Expansão da Fronteira Agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia: A Trajetória das Famílias Ometto e Da Riva e a Colonização do Norte Mato-grossense**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA), 2015.